

FERNANDA ALMEIDA GRISI

**UTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO PARA IMPLANTAÇÃO
DE PROJETOS FLORESTAIS NA MICRORREGIÃO
DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

**CURITIBA
2012**

FERNANDA ALMEIDA GRISI

**UTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO PARA IMPLANTAÇÃO
DE PROJETOS FLORESTAIS NA MICRORREGIÃO
DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção parcial do título de especialista em Mudanças Climáticas no curso de Pós-Graduação em Mudanças Climáticas, Projetos Sustentáveis e Mercado de Carbono do Dep. de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Sanquetta

**CURITIBA
2012**

UTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS FLORESTAIS NA MICRORREGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Fernanda Almeida Grisi, Carlos Roberto Sanquetta, Cleilton Costa Ramos,
Alexandre Alves Bomfim.

RESUMO

O Governo Federal iniciou um novo ciclo de desenvolvimento agropecuário através do Programa para Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura. São financiadas tecnologias adequadas e sistemas produtivos eficientes que contribuem para a redução desses gases. O planejamento da produção de baixo carbono é feito de acordo com zoneamentos ecológicos e econômicos. O plantio de florestas faz parte deste programa, e por isso faz-se necessário o estudo de áreas potenciais para a implantação de projetos florestais baseados na agricultura de baixo carbono. Nos últimos anos, o número de plantios florestais vem crescendo na microrregião de Vitória da Conquista – BA, este estudo pode representar uma possibilidade de investimentos ambientalmente sustentáveis. O objetivo deste trabalho foi através de pesquisa bibliográfica, buscar informações sobre as áreas aptas à implantação de projetos florestais baseados na agricultura de baixo carbono na microrregião de Vitória da Conquista – BA e avaliar os resultados preliminares do Programa ABC. Identificou-se 67% da área de estudo apta à implantação de projetos florestais baseados na agricultura de baixo carbono. Até janeiro de 2012, a Bahia representou apenas cerca de 4,4 % das contratações do Programa ABC, as quais se localizavam em sua maior parte no extremo sul baiano.

Palavras-chave: Baixo Carbono; Florestas; Sudoeste da Bahia.

ABSTRACT

USE OF AGRICULTURE FOR LOW CARBON PROJECT IMPLEMENTATION IN FOREST MICROREGION THE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

The Federal Government has initiated a new round of agricultural development through the Program for Reduction of Emissions of Greenhouse Gases in Agriculture. Appropriate technologies are funded and efficient production systems that contribute to the reduction of greenhouse gases. Production planning low carbon is done according to ecological and economic zoning. Planting forests is part of this program, and why it is necessary to study potential areas for the implementation of forestry projects based on low carbon agriculture. In recent years, the number of forest plantations growing in microregion of Vitória da Conquista -BA, this study may represent a possibility of environmentally sustainable investments. The aim of this work was through literature search, seek information about the areas suitable for implementation of forestry projects in agriculture based on low carbon microregion of Vitória da Conquista –BA and evaluate the preliminary results of the ABC program. We

identified 67% of the study area able to implement forestry projects based on low carbon agriculture. Until January 2012, the Bahia represented only about 4.4% of hires ABC Program, which is located mostly in the extreme south of Bahia.

Keywords: Low Carbon, Forestry, Southwest Bahia.

1. INTRODUÇÃO

A redução dos gases do efeito estufa corrobora com os anseios de ambientalistas, pesquisadores e cidadãos preocupados com o futuro da produção agrícola do mundo para que a mesma supra a crescente demanda por alimentos aliados a preservação do meio ambiente. A adoção de práticas como plantio direto, recuperação de pastagens, tratamento de dejetos, plantio de florestas, integração lavoura-pecuária-floresta pode levar a adoção de uma agricultura menos impactante ao meio ambiente e mais sustentável com qualidade e responsabilidade (Zucchi *et al.*, 2011).

O planejamento da produção de baixo carbono é feito de acordo com zoneamentos econômicos e ecológicos, o que possibilita a obtenção da máxima produtividade das culturas e criações, atividades desenvolvidas em locais com melhores condições de produção devido a aspectos como clima, solo, economia local/regional e sustentabilidade da produção. Além desses aspectos, também é priorizada a produção em locais que estejam o mais próximo possível dos consumidores finais, pois esta é uma forma de reduzir a quantidade de carbono embutida no transporte dos alimentos produzidos (CNA, 2012).

O município de Vitória da Conquista, localizado na região Sudoeste da Bahia, apresenta grandes diversidades ambientais, que precisam ser estudadas com profundidade, para proposição de práticas de maior compatibilidade entre o potencial de uso e a utilização dos recursos naturais. O uso indiscriminado dos recursos naturais no município, incompatível com as características dos diversos ambientes, tem levado, em alguns casos, a processos de degradação ambiental muito elevada, causando graves problemas à população (Maia & Lage, 2005).

O estudo do potencial de áreas aptas à implantação de projetos florestais baseados na agricultura de baixo carbono para a microrregião de Vitória da Conquista justifica-se pela carência de trabalhos dessa natureza na região e por apresentar uma possibilidade de investimentos ambientalmente sustentáveis. Nos últimos anos o número de plantios comerciais com eucalipto vem crescendo no município e região circunvizinha. Seria importante para as condições da região e principalmente para os pequenos e médios produtores rurais, a adoção deste tipo de agricultura na produção florestal, já que o governo federal através do Programa ABC vem incentivando com a disponibilidade de crédito projetos que se enquadrem neste sistema.

Portanto, o objetivo deste trabalho foi, através de pesquisa bibliográfica, buscar informações sobre as áreas aptas à implantação de projetos florestais baseados na agricultura de baixo carbono para a microrregião de Vitória da

Conquista – BA, e revisar os resultados preliminares do Programa ABC a nível nacional.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Mudanças Climáticas

A realidade das alterações climáticas exige uma redução drástica das emissões de Gases de Efeito Estufa, GEE, global nas próximas décadas. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC, para estabilizar as concentrações de GEE na atmosfera a 550 ppm, um nível em que há possibilidade de manter o aumento da temperatura média global de 3°C, seria necessário reduzir as emissões globais de cerca de 60 GtCO₂e para menos de 30 GtCO₂e em 2030. Até essa data, as emissões dos países industrializados devem ter-se estabilizado em torno de 22 GtCO₂e. Portanto, sem questionar a responsabilidade histórica destes países, é evidente que a concentração de gases de efeito estufa não poderá ser estabilizada neste nível apenas graças a reduções de emissões realizadas nos países desenvolvidos. Passar para soluções de desenvolvimento menos intensivas em carbono nas economias emergentes é vital para o planeta (Gouvello *et al.*, 2010).

Líderes de várias nações discutem metas ambiciosas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a fim de diminuir o grave impacto da mudança climática para o meio ambiente, a sociedade e a economia. Muitos cientistas e responsáveis por políticas públicas acreditam que limitar a elevação da temperatura média global a 2°C é um objetivo fundamental, pois esse limite representa um marco a partir do qual as implicações do aquecimento global tornam-se muito sérias (McKinsey & Company, 2009).

Segundo o World Resources Institute, o Brasil é o 4º maior emissor de gases de efeito estufa na atmosfera, e segundo a perspectiva da McKinsey em seu relatório global, no horizonte até 2030, é também um dos cinco países com maior potencial para reduzir essas emissões. Este papel de destaque na agenda global de mudança climática traz uma série de implicações, bem como a criação de oportunidades significativas. Os setores mais relevantes para o Brasil, tanto em termos de emissões, como em oportunidades de abatimento, estão relacionados ao uso da terra – agricultura e floresta. Cerca de 70% das emissões estimadas para 2030 e 85% das oportunidades de abatimento vem desses dois setores, sendo fundamental, portanto, reduzir significativamente suas emissões (McKinsey & Company, 2009).

A mudança do clima representa riscos e oportunidades para o setor privado, particularmente em países emergentes como o Brasil. Os impactos advindos da mudança do clima podem afetar o desempenho econômico, ambiental e social das organizações. As oportunidades de crescimento em produtos e serviços que resultem em baixa emissão de carbono também são significativas e devem ser identificadas e maximizadas (CNI, 2011).

O Brasil, o maior país tropical do mundo, tem um perfil singular de emissões de GEE. A agricultura e a pecuária, responsáveis por 25% do produto interno bruto (PIB), requerem a expansão contínua da terra para cultivo e pastagem, levando à conversão da vegetação nativa. A mudança no uso da

terra, especialmente o desmatamento, é hoje a principal fonte de emissões nacionais de GEE (ESMAP, 2010).

Além de contribuir com a eliminação do desmatamento, o País tem condições para implementar um programa de reflorestamento em larga escala, considerando seu grande volume de terras degradadas e improdutivas, com o objetivo de sequestrar carbono da atmosfera (Mckinsey & Company, 2009).

Através da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 foi instituída a Política Nacional sobre Mudança do Clima, onde foi estabelecido o compromisso de redução de emissões de gases de efeito estufa de 36,1% a 38,9% das emissões projetadas até 2020. Nesse sentido, o Brasil submeteu em nível internacional, no Acordo de Copenhague em 2009, uma lista de ações nacionais de mitigação, denominadas NAMAs (*National Appropriated Mitigation Actions* ou Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas). O país deveria implementar essas ações de maneira voluntária e de acordo com os princípios e provisões estabelecidos pela Convenção sobre Mudança do Clima, através da adoção de Planos de Ação Setoriais. Para a implementação das Ações Setoriais relacionadas à Agropecuária foi concebido o Plano de Agricultura de Baixo Carbono - ABC (ABRAF, 2012; CNA, 2012).

2.2 Agricultura de baixo carbono

As mudanças de paradigmas na agricultura, com a possibilidade de produção focada na sustentabilidade e preservação do meio ambiente, vêm atraindo olhares de muitos agricultores preocupados com o meio em que vivem. Estes paradigmas estimulam a prática de uma agricultura focada no desenvolvimento sustentável, com a adoção de sistemas de produção integrada, de plantio direto, agricultura orgânica, integração lavoura-pecuária-floresta, conservação do solo e recuperação de áreas degradadas (Zucchi *et al.*, 2011).

A agricultura de baixa emissão de carbono tem como base as estratégias, processos, métodos, tecnologias e sistemas que permitam conciliar a produção de alimentos, madeira e bioenergia com redução da emissão dos Gases de Efeito Estufa. Os sistemas, métodos e tecnologias de produção selecionados para a Agricultura ABC são: Sistema de Plantio Direto (SPD), Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), recuperação de áreas e pastagens degradadas, florestas plantadas, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de dejetos animais (CNA, 2012).

A técnica do plantio direto na palha dispensa o revolvimento do solo e evita a erosão com a semeadura direta na palha da cultura anterior. A técnica protege o solo, reduz o uso de água, aumenta a produtividade da lavoura e diminui despesas com maquinário e combustível. O objetivo é ampliar os atuais 25 milhões de hectares para 33 milhões de hectares. Esse acréscimo permitirá a redução da emissão de 16 a 20 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes. Na recuperação de pastos degradados, o objetivo é transformar as terras desgastadas em áreas produtivas para a produção de alimentos, fibras, carne e florestas. A previsão é recuperar 15 milhões de hectares e reduzir entre 83 e 104 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes. A integração lavoura-pecuária-floresta busca alternar pastagem com agricultura e floresta em uma mesma área. Isso recupera o solo, incrementa a renda e gera empregos. A meta é aumentar a utilização do sistema em 4 milhões de hectares e evitar que entre 18 e 22 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes sejam liberadas. Já o

plantio de eucalipto e de pinus proporciona uma renda futura para o produtor e reduz o carbono do ar através do processo de fotossíntese realizado pelas árvores. O foco é aumentar a área de seis milhões de hectares para nove milhões de hectares (CEPLAC, 2011).

A técnica da fixação biológica de nitrogênio visa desenvolver microorganismos/bactérias para captar o nitrogênio existente no ar e transformá-lo em matéria orgânica para as culturas, o que permite a redução do custo de produção e melhora a fertilidade do solo. O ABC pretende incrementar o método na produção de 5,5 milhões de hectares e reduzir a emissão de 10 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes. A iniciativa de tratamento de resíduos animais aproveita os dejetos de suínos e de outros animais para a produção de energia (gás) e de composto orgânico. Outro benefício é a possibilidade de certificados de redução de emissão de gases, emitidos por mercados compradores. O objetivo é tratar 4,4 milhões de metros cúbicos de resíduos da suinocultura e outras atividades, deixando de lançar 6,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes na atmosfera (CEPLAC, 2011).

2.3 O Programa ABC

O Programa ABC é uma linha de crédito rural oficial que foi instituída em 17 de agosto de 2010, pelo MAPA, e inserido no Plano Safra 2010-2011 com valor disponibilizado de R\$ 2 bilhões. Naquela data, o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução no. 3896 instituiu no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura. Posteriormente, foi realizada uma atualização com a Resolução no. 3.979, de 31 de maio de 2011. Dessa forma, o Programa ABC já é uma das ações previstas no Plano ABC para disponibilização de recursos oficiais para financiamento da adoção das tecnologias mitigadoras de emissões de GEE pelos produtores rurais brasileiros (CNA, 2012).

O programa ABC é financiado com recursos do Sistema BNDES, Caderneta de Poupança Rural (MCR 6-4) e Fundos Constitucionais, que são recursos públicos originados de impostos e da movimentação da economia nacional. Ou seja, mesmo indiretamente, toda sociedade brasileira está envolvida neste esforço. Com a incorporação do Produsa (Programa de Estímulo a Produção Agropecuária Sustentável) e do Propflora (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas), o volume dos recursos destinados ao Programa ABC, para a safra 2011/2012, passou de R\$ 2 bilhões para R\$ 3,15 bilhões, e deve aumentar a cada ano (FAEP, 2012).

O objetivo geral do Plano ABC é promover a adoção de tecnologias que diminuam a emissão de GEE na agricultura, de acordo com a PNMC, com a melhoria da eficiência no uso de recursos naturais, aumento da resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais, e a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas. O limite de crédito é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por beneficiário e por ano-safra, independentemente de outros créditos que o produtor ou cooperativa tenha recebido ao amparo de recursos controlados do crédito rural. O programa ABC também garante ao produtor maior capacidade de pagamento, pois o crédito é oferecido com prazos de carência e de pagamento diferenciados, além de taxas de juros mais baixas (5,5% ao ano) (CNA, 2012).

O Programa ABC tem como público principal agentes econômicos da agropecuária brasileira, especialmente os produtores rurais, os técnicos das áreas de ciências agrárias e os demais profissionais ligados às cooperativas e empresas públicas e privadas de assistência técnica, planejamento e extensão rural (CREAPR, 2012).

Como um instrumento de política pública o Plano ABC traz uma visão diferente de se fazer agricultura. Busca incentivar o investimento em tecnologias sustentáveis com a adoção de boas práticas agrícolas e a integração de sistemas produtivos capazes de aumentar a produção e, com isso, abastecer o mercado interno, exportar mais, melhorar a renda e o bem-estar social e econômico do produtor e da população, além de preservar os recursos naturais e manter o equilíbrio ambiental com a consequente redução da emissão dos GEE (CNA, 2012).

O programa financia a recuperação de áreas e de pastagens degradadas, a implantação e a ampliação de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas, correção e adubação de solos, implantação de práticas conservacionistas de solos, implantação e manutenção de florestas comerciais, implantação de agricultura orgânica, recomposição de áreas de preservação permanente ou de reserva legal e outras práticas que envolvem produção sustentável e culminam em baixa emissão de gases causadores do efeito estufa (MAPA, 2011).

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Caracterização da área de estudo

O município de Vitória da Conquista localiza-se entre as coordenadas de 14°30' e 15° 30' de latitude Sul e 40° 30' e 41°10' de longitude a W. Gr, e ocupa uma área de 3.743 km² (Figura 1). Está inserido na mesorregião Centro Sul Baiano e microrregião de Vitória da Conquista (regionalização segundo o IBGE), encontrando-se dividido em 12 Distritos. Quanto à vegetação, são encontrados na área trechos expressivos de remanescentes de Floresta Estacional, mas o que predomina são as áreas cultivadas, com destaque para a cultura do café e as pastagens, que recobrem grandes extensões do planalto, sob dominância dos Latossolos. A altimetria varia entre 500 e 1.000m, ocorrendo alguns residuais isolados nos trechos norte e leste da Cidade de Vitória da Conquista, destacando-se a Serra do Periperi situada ao norte desta cidade (Maia & Lage, 2005).

Do ponto de vista climático, de maneira geral, a área encontra-se inserida em domínio de clima Semi-Árido, apresentando temperatura média anual de 21,3° C e pluviosidade média anual de 682,5 mm. Por estar em altitude acima de 900m, a área de planalto que engloba a cidade de Vitória da Conquista (Planalto do Geraizinhos) possui microclima do tipo Tropical de Altitude (também denominado de sub-úmido a semi-árido mesotérmico), apresentando médias térmicas anuais de 19,6°C e pluviosidade média anual de 717 mm (Lima *et al.*, 2006).

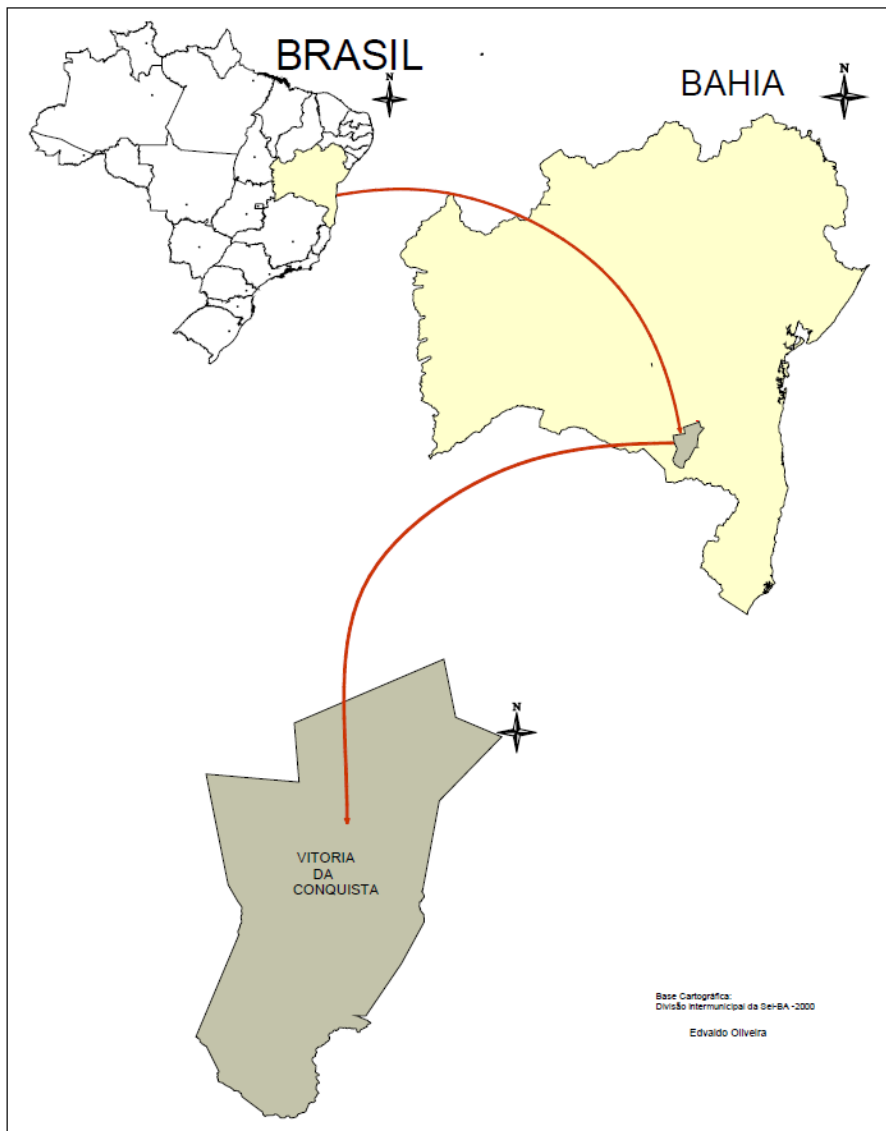


Figura 1: Localização da área de estudo.
Fonte: Maia (2005)

3.2 Metodologia

O trabalho foi realizado utilizando pesquisa bibliográfica em variadas fontes como jornais, revistas e documentos oficiais. A principal fonte de pesquisa foi a Associação de Silvicultores do Sudoeste da Bahia (ASSOSIL), pela disponibilização de mapas. A partir da análise dos dados e apoio de outros estudos sobre o tema foi realizada a discussão dos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise dos mapas

Em relação à pluviosidade média anual da microrregião de Vitória da Conquista (Figura 2), pode-se observar que a maior parte da área de estudo

está caracterizada com uma pluviosidade demais de 700 mm/ano, cerca de 985.000 ha, ou seja, 99% da área de estudo no mapa. Valores estes favoráveis ao plantio de florestas.

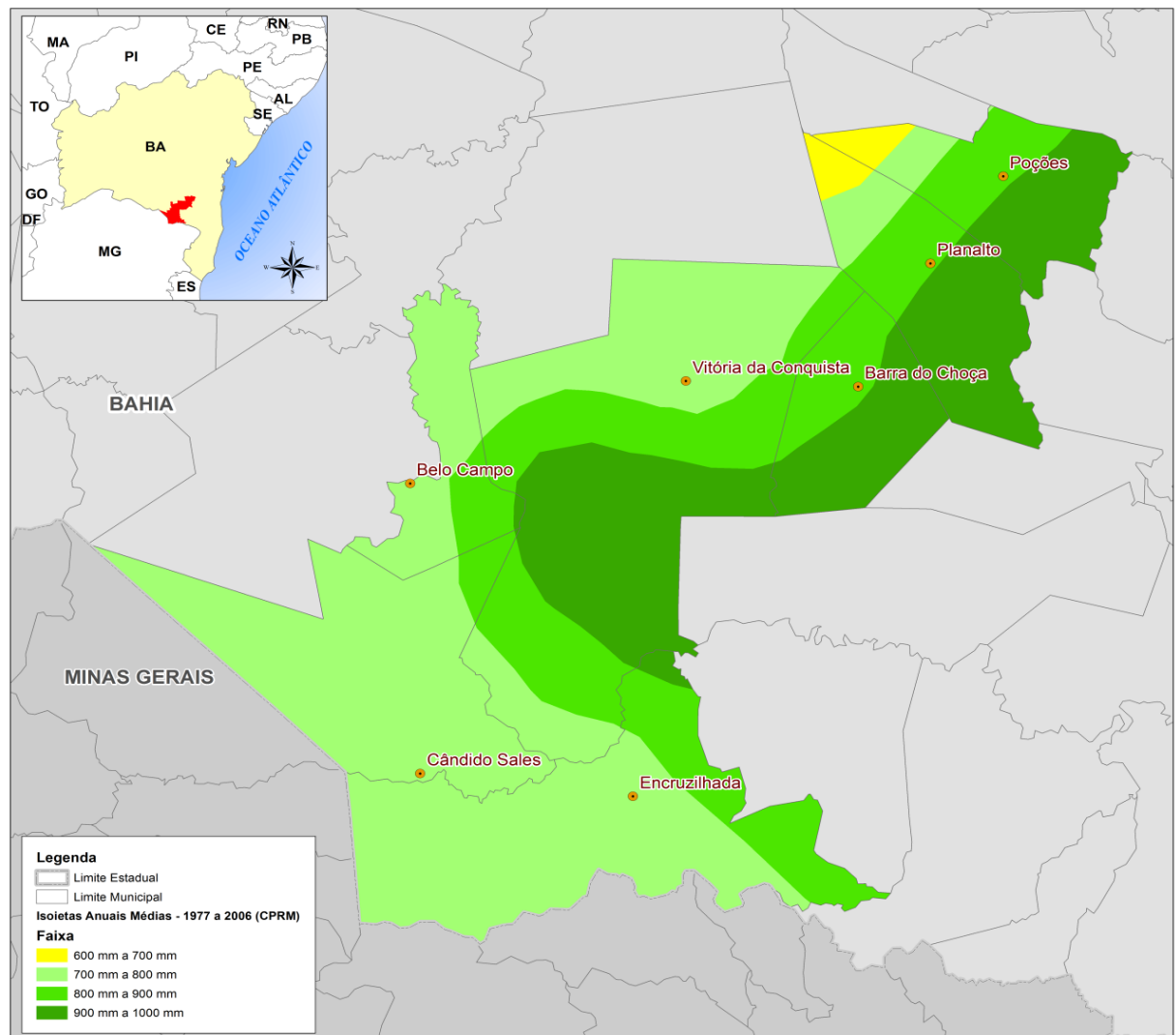


Figura 2: Pluviosidade média anual da microrregião de Vitória da Conquista-BA. (Mapeamento 2012).

Fonte: ASSOSIL (2012)

A maior parte dos solos da microrregião de Vitória da Conquista está caracterizado no mapa da Figura 3, como solos adequados ao plantio de florestas pelas boas características físicas e químicas, cerca de 730.000 ha, representando 73% da área de estudo pertence à classe de solos denominada Latossolos.

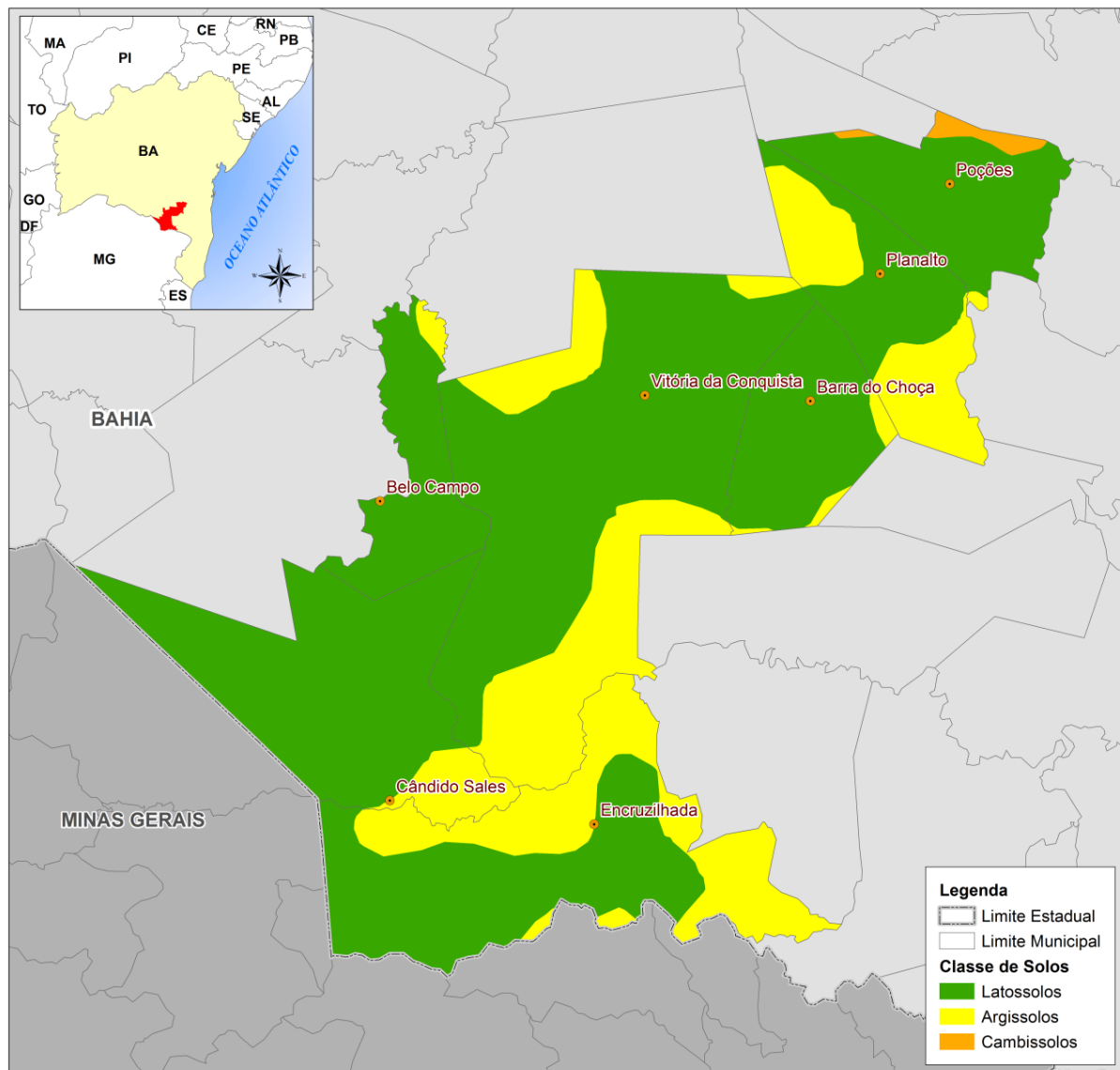


Figura 3: Solos da microrregião de Vitória da Conquista-BA. (Mapeamento 2012).
Fonte: ASSOSIL (2012)

A identificação de áreas de florestas já plantadas, principalmente com eucalipto, na microrregião de Vitória da Conquista pode ser observada na Figura 4. Cerca de 29.007 ha plantados demonstram que nos últimos anos, muitos investidores tem apostado neste setor, uma vez que a região se destacava anteriormente mais intensamente pela produção de café e pastagem para criação de gado. O plantio de florestas no estado da Bahia sempre teve predomínio na região do extremo sul baiano.

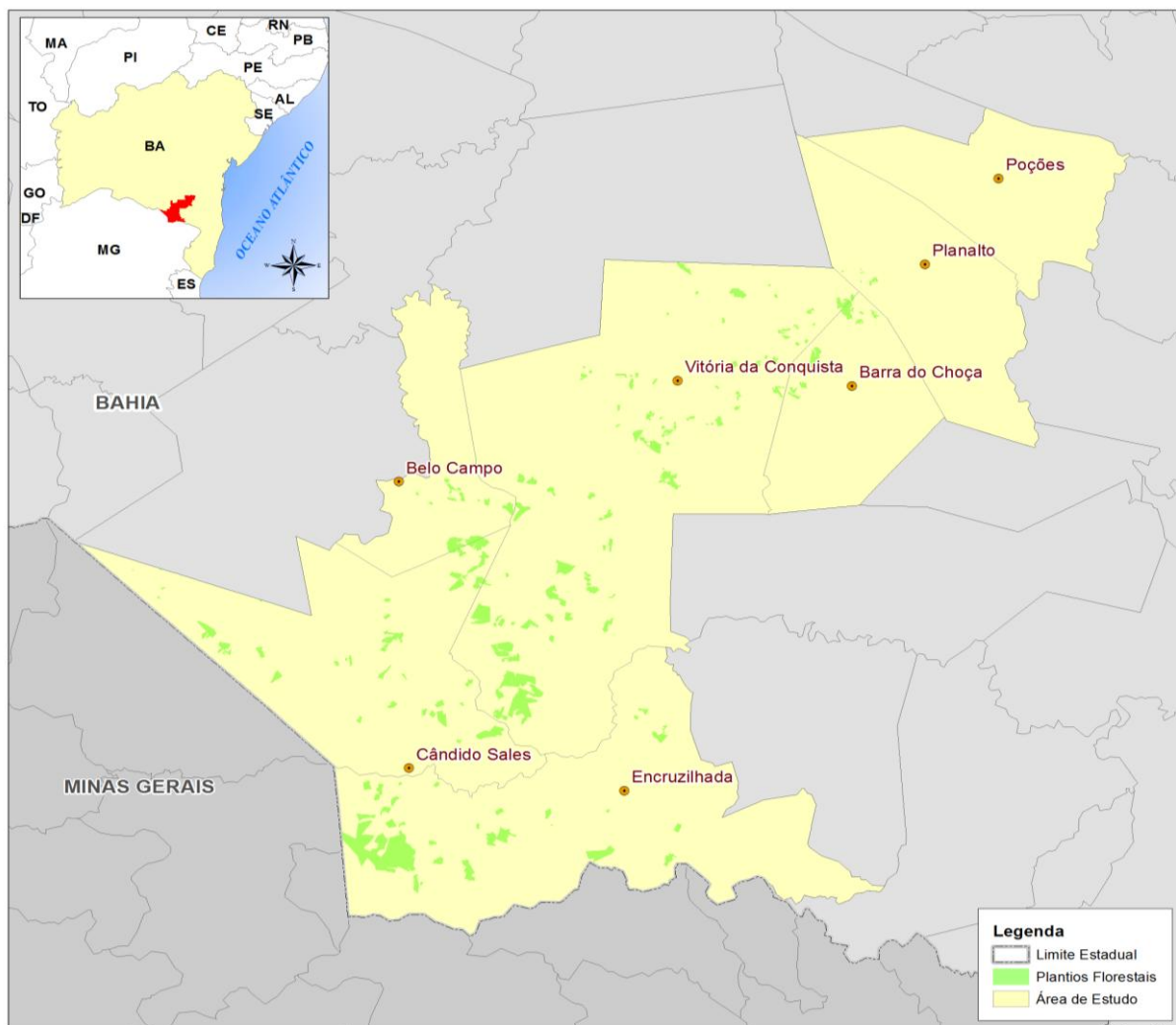


Figura 4: Florestas plantadas na microrregião de Vitória da Conquista-BA .
 (Mapeamento 2012).
 Fonte: ASSOSIL (2012)

Com base nos elementos da paisagem citados anteriormente e acrescentando dados de relevo e vegetação foi produzido pela ASSOCIL o gráfico de terras adequadas para o plantio de eucalipto na microrregião de Vitória da Conquista (Figura 5).

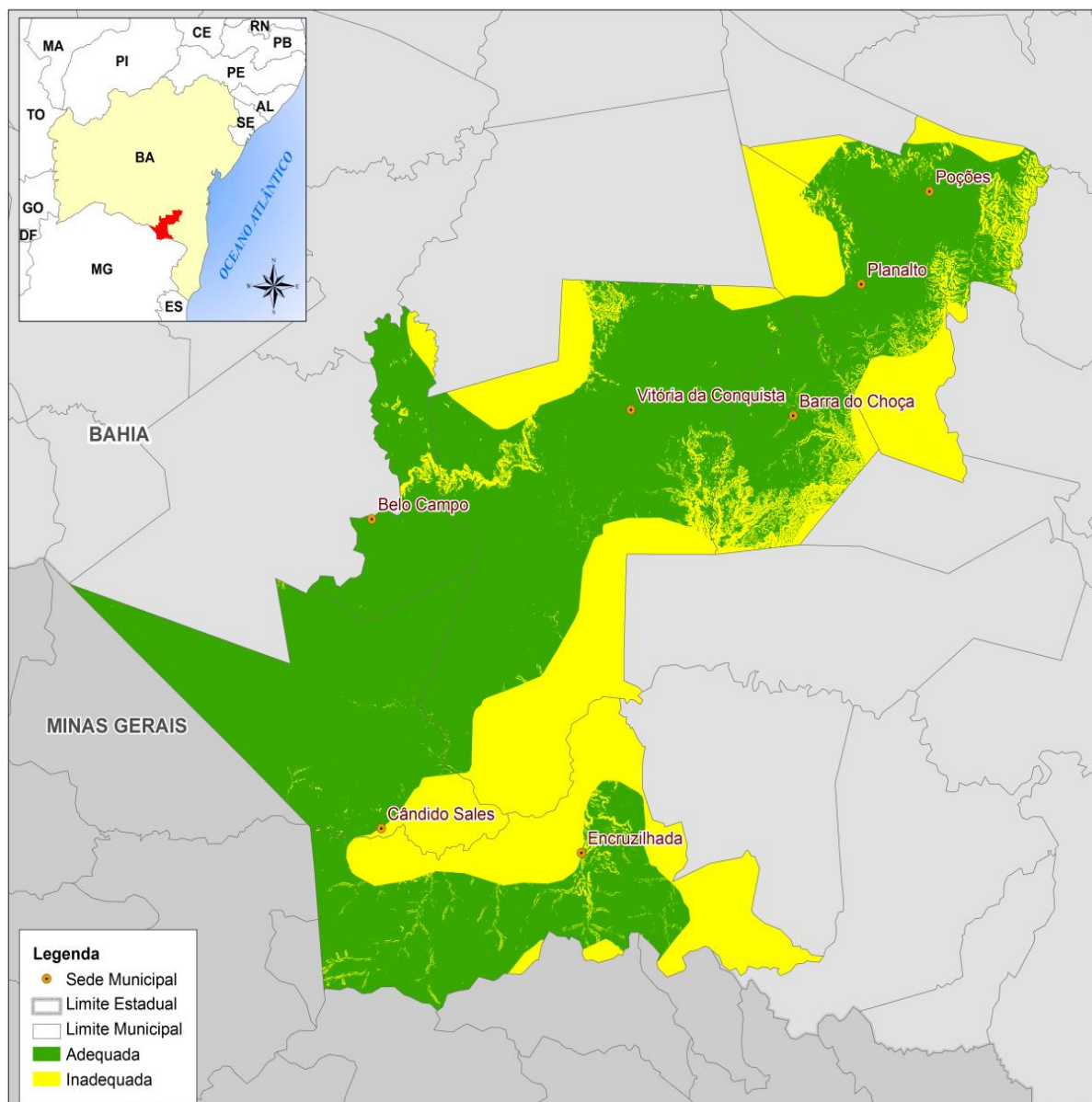


Figura 5: Terras adequadas para o plantio de eucalipto na microrregião de Vitória da Conquista-Ba. (Mapeamento 2012).

Fonte: ASSOSIL (2012)

Cerca de 67% da área de estudo (670.000 ha) são considerados aptos aos plantios florestais, com no máximo 10% de declividade e sem atingir os 5% de remanescentes florestais de Vitória da Conquista que em sua maior parte é caracterizado pela Floresta Estacional Decidual (ASSOSIL, 2012).

4.2 Resultados Preliminares do Programa ABC

Segundo a coordenadoria de políticas setoriais do Departamento de Economia Agrícola no Mapa, dos R\$ 2 bilhões anunciados em 2010, R\$ 57,7 milhões foram contratados. No BNDES, realizaram-se 96 operações no valor de R\$ 53,6 milhões e, no Banco do Brasil, 7 operações, com R\$ 4,1 milhões (O Estado de São Paulo, 2011).

Até janeiro de 2012 o governo liberou R\$ 400 milhões, pouco mais que o dobro do total utilizado na primeira edição do Programa ABC, na safra

2010/2011. No ciclo passado foram R\$ 195 milhões, 9,75% dos R\$ 2 bilhões disponibilizados (Portal DBO, 2012).

A partir das informações coletadas até janeiro de 2012, o estado da Bahia representou apenas cerca de 4,4 % das contratações do Programa ABC pelo Banco do Brasil (Banco do Brasil, 2012).

O estado que mais utilizou recursos neste segundo ano do programa foi Minas Gerais, com R\$ 85 milhões distribuídos em 432 contratos. Os principais destinos dos valores são a reforma de pastagens degradadas e integração com lavoura. Em segundo e terceiro lugares estão Paraná e Rio Grande do Sul, com R\$ 58,7 milhões e R\$ 58,4 milhões, respectivamente. O elevado número de projetos dos estados faz da Região Sul a líder brasileira, com total de R\$ 132,8 milhões. Santa Catarina contratou outros R\$ 15,7. Assim como em Minas, o principal destino dos financiamentos é a reforma de pastagem por meio da integração com lavoura (Portal DBO, 2012).

Em relação à aplicação de recursos do Programa ABC pelo Banco do Brasil por município na Bahia até janeiro de 2012, houve uma maior contratação destes na região sul da Bahia, onde se concentram atividades florestais. Entre os municípios estão: Guaratinga com 24,1% do valor contratado; Belmonte (13%); Itagimirim (12,8%); São Desidério e Itabela (9,6%); Porto Seguro (9,2%); Eunápolis (5,5%); Demais (15,6%) (Banco do Brasil, 2012).

A atividade florestal depende da disponibilidade de recursos para investimento e custeio. Os financiamentos públicos e privados, incluindo as linhas de crédito destinadas ao setor, promovem a expansão e o desenvolvimento do setor de florestas plantadas. O montante de capital inicial necessário para a compra de terras, insumos, mudas e equipamentos é provido por tais financiamentos (ABRAF, 2012).

Entre os itens financiados pelo Banco do Brasil até dezembro de 2011, a maior porcentagem foi para área de florestas, depois para as práticas conservacionistas e recuperação de pastagens (Banco do Brasil, 2012). Independente da técnica adotada, a ampliação, no País, do número de práticas de agricultura de baixa emissão de carbono contribuirá para proteger o agronegócio brasileiro de potenciais barreiras comerciais no futuro. Também permitirá a geração de serviços ambientais e ecossistêmicos que poderão qualificar ainda mais o País no comércio internacional (CNA, 2012).

No Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), serão disponibilizados mais de R\$ 107 bilhões em crédito para os agropecuaristas brasileiros. Parte deste valor, um pouco mais de R\$ 3 bilhões, será destinada aos agricultores que seguirem as diretrizes do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), cujo objetivo é incentivar os produtores a praticarem cada vez mais uma agricultura sustentável, ou seja, que garanta a segurança alimentar do país, sem agredir o meio ambiente (Embrapa Cerrado, 2011).

Apesar do incremento registrado entre os valores contratados na safra atual em comparação com a passada, o produtor ainda encontra dificuldades de acessar a linha de crédito. Falta divulgação, orientação na hora de preencher a documentação e há desinformação inclusive nas instituições financeiras (DBO, 2012). Nos financiamentos que englobam sistemas integrados lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pastagem, implantação de florestas

comerciais e sistemas de plantio direto na palha, é necessária a comprovação da regularidade ambiental (Reserva Legal Averbada). Nos financiamentos que incluem a implantação de planos de manejo florestal sustentável, é necessário o Plano de Manejo aprovado pelo órgão ambiental competente (CNA, 2012). Também outros documentos necessários, dependem de órgãos que devido à demora pelo excesso de burocracia, atrapalham o desenrolar do financiamento.

O Banco do Brasil, principal financiador nacional do programa, está com dificuldades para conseguir tomadores de financiamentos para o ABC porque os projetos não são os projetos tradicionais. Tem suas peculiaridades para atender aos objetivos ambientais de compromissos internacionais do governo brasileiro. Segundo levantamento nacional foi observado pelos agentes financeiros que a grande maioria dos técnicos não está ainda capacitada para elaborar os projetos e esse é o grande entrave que nós temos que superar. Esta é uma opinião abalizada de 81% dos representantes dos bancos consultados (FAEP, 2012).

Os problemas identificados pelo Banco do Brasil foram: Desconhecimento da existência da linha de crédito por parte dos produtores e técnicos; Desconhecimento de algumas das tecnologias difundidas pelo programa; Despreparo de parte dos técnicos para adoção das tecnologias difundidas pelo programa; Despreparo de parte dos técnicos na elaboração de projetos que atendam as exigências do Programa; Mudança de paradigma: ao contrário das linhas comuns do crédito rural, o ABC não financia apenas itens de investimento, mas finalidades; Em algumas regiões há dificuldades de ordem legal (problemas fundiários e /ou ambientais); Há necessidade de maior divulgação da linha pelo Governo Federal; Pouca atuação dos órgãos estaduais na divulgação do Programa; Código Florestal em revisão: após aprovação do novo Código, deve haver um aumento na procura por financiamentos do ABC (Banco do Brasil, 2012).

No Paraná para poder aumentar o número de clientes do ABC e, com isso, aumentar a produção e a produtividade das lavouras e pecuária, principalmente as com áreas degradadas e de baixo rendimento, foram montadas parcerias de diversos órgãos com o Banco do Brasil, este esforço servirá para formar técnicos na elaboração dos projetos e no acompanhamento da implantação desses projetos (FAEP, 2012).

A falta de conhecimento sobre as linhas de crédito voltadas para práticas de produção sustentável no setor agropecuário também é uma das principais razões que impedem uma maior adesão ao Programa ABC na Bahia. Em função disto constituiu-se um grupo gestor para a Comissão Estadual do Programa ABC como objetivo definir critérios para implantação do Programa no estado e analisar formas de monitoramento. Também foram realizados vários seminários de sensibilização e difusão do Programa ABC no Estado da Bahia (Yes, 2011; Canal do Produtor, 2012).

CONCLUSÕES

A partir da interpretação dos mapas foi possível identificar 670.000 ha, cerca de 67% da área de estudo, que se mostraram aptas à implantação de projetos florestais baseados na agricultura com baixa emissão de carbono. Para tanto foi realizada uma análise qualitativa integrada dos elementos da paisagem como: solo, pluviosidade, relevo e vegetação. Assim, este estudo

permitirá o uso dos recursos naturais de forma compatível com o ambiente, possibilitando o surgimento de investimentos sustentáveis que poderão favorecer toda microrregião de Vitória da Conquista-BA.

Apesar da pouca adesão nos primeiros anos de execução do Programa ABC, existem perspectivas de uma evolução das contratações e conseqüentemente do surgimento de uma agricultura cada vez mais sustentável. A partir das informações coletadas até janeiro de 2012, o estado da Bahia representou apenas cerca de 4,4 % das contratações do Programa ABC, as quais se localizavam em sua maior parte no extremo sul da Bahia, onde as atividades florestais já são predominantes.

REFERÊNCIAS

ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF 2012 ano base 2011** /ABRAF – Brasília: 2012.150p.

ASSOCIAÇÃO DE SILVICULTORES DO SUDOESTE DA BAHIA (ASSOSIL). Investimentos Florestais na Região de Vitória da Conquista-BA. Agosto de 2012.

Banco do Brasil. **Banco do Brasil e o Agronegócio**, fev. 2012. Disponível em <http://agriculturabaixocarbono.files.wordpress.com/2012/01/bb-abc_cna.pdf> Acesso em: 01 de set. 2012.

Boletim Informativo do Sistema FAEP nº 1169 | Semana de 12 a 18 de março de 2012.

CEPLAC. Assessoria de Comunicação da Ceplac. Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) foi debatido hoje em seminário no auditório da União dos Municípios da Bahia (UPB) quinta-feira, 25/08/2011. Disponível em <<http://www.ceplac.gov.br/index.asp>> Acesso em set. 2012

CNA. Assessoria de Comunicação CNA. Falta de conhecimento impede maior adesão ao Programa ABC. Comunicação Notícias CNA 07/02/2012. Meio ambiente. Disponível em <<http://www.canaldoprodutor.com.br>> Acesso em set. 2012.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Abc agricultura de baixo carbono. Por que investir? **Guia de financiamento para agricultura de baixo carbono** / Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. – Brasília, DF: CNA, 2012.44 p.

Confederação Nacional da Indústria (CNI). **Estratégias Corporativas de Baixo Carbono: Gestão de Riscos e Oportunidades**/ Confederação Nacional da Indústria. – Brasília, 2011.56 p.:il.

GOUVELLO, C.; FILHO, B. S.; NASSAR, A.; SCHAEFFER, R.; ALVES, F. J.; ALVES, J. W. S. **Estudo de Baixo Carbono para o Brasil**. Banco Mundial. Departamento de Desenvolvimento Sustentável. Região da América Latina e Caribe 2010.

LIMA, K.C.; PITIÁ, A.M.A.; SANTOS, J.M. dos. **Uma contribuição aos estudos de geomorfologia climática em ambiente semi-árido na região sudoeste da Bahia**. VI Simpósio Nacional de Geomorfologia. 6 a 10 de setembro 2006, Goiânia.

MAIA, M. R. **Zoneamento geoambiental do município de Vitória da Conquista - BA: um subsídio ao planejamento**. 169f.: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2005.

MAIA, M. R.; LAGE, C. S. O estudo geomorfológico como subsidio ao planejamento territorial no município de Vitória da Conquista - Bahia –Brasil. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

MCKINSEY & COMPANY. **Caminhos para uma economia de baixa emissão de carbono no Brasil**. São Paulo/SP. 2009.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Programa de Agricultura de Baixo Carbono**. Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/abc/>>. Acesso em: 02 de ago. 2012.

MAPA Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2011-2012** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília : Mapa/SPA, 2011. 92 p.

Programa de Apoio à Gestão do Setor Energético. Programa de estudos de baixo carbono para países. Mitigação da mudança climática por meio do desenvolvimento. **Brasil: país de baixo carbono. Estudo de caso de baixo carbono**. Nota Informativa 005/10 (ESMAP,2010).

Yes Assessoria e Comunicação. **Bahia cria comissão estadual para programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono do Ministério da Agricultura**18/04/2011. Disponível em <<http://www.yesassessoria.com.br/index.html>> Acesso em set. 2012.

ZUCCHI, A. A.; SOARES, C. A. Agricultura de baixo carbono (abc):Crédito para projetos ambientais sustentáveis.**Anais do III ENDICT** – Encontro de Divulgação Científica e Tecnológica ISSN 2176-3046. Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR · Campus Toledo.